

Observatório Internacional de Capacidades Humanas,
Desenvolvimento e Políticas Públicas

**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL
DE CAPACIDADES HUMANAS,
DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Observatório Internacional de Capacidades Humanas,
Desenvolvimento e Políticas Públicas**

Vinculado ao Núcleo de Estudos de Saúde Pública, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da Universidade de Brasília

Equipe do Projeto

Organização Pan-Americana da Saúde, Brasil

Felix Hector Rígoli

Marcos José Mandelli

ObservaRH - Nesp/Ceam/UnB

Adriana Maria Parreiras Marques

José Paranaguá de Santana

Roberto Passos Nogueira

Valdemar de Almeida Rodrigues

Zuleide do Valle Oliveira Ramos

Organização da Coletânea

Valdemar de Almeida Rodrigues

Autores dos informes temáticos

André Gambier Campos

Eduardo Costa Pinto

Fernando Ferreira Carneiro

José Celso Cardoso Jr.

Leonardo Rangel

Marcelo Firpo de Souza Porto

Paulo Roberto Corbucci

Rafael Guerreiro Osório

Roberto Passos Nogueira

Ronaldo Herrlein Jr.

Sérgio Francisco Piola

Solon Magalhães Vianna

Organização Pan-Americana da Saúde

Brasília, DF, Brasil

2013

Universidade de Brasília
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Núcleo de Estudos de Saúde Pública
Observatório Internacional de Capacidades Humanas,
Desenvolvimento e Políticas Públicas

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DE CAPACIDADES HUMANAS, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Organização da Coletânea
Valdemar de Almeida Rodrigues

© Núcleo de Estudos de Saúde Pública, 2013

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que seja citada a fonte e não seja para venda ou qualquer outro fim comercial.

Equipe do Projeto

Organização Pan-Americana da Saúde – Brasil, Felix Hector Rígoli, Marcos José Mandelli

ObservaRH - Nesp/Ceam/UnB

Adriana Maria Parreiras Marques, José Paranaguá de Santana, Roberto Passos Nogueira, Valdemar de Almeida Rodrigues, Zuleide do Valle Oliveira Ramos

Organização da Coletânea

Valdemar de Almeida Rodrigues

Autores dos informes temáticos

André Gambier Campos, Eduardo Costa Pinto, Fernando Ferreira Carneiro, José Celso Cardoso Jr., Leonardo Rangel, Marcelo Firpo de Souza Porto, Paulo Roberto Corbucci, Rafael Guerreiro Osório, Roberto Passos Nogueira, Ronaldo Herrlein Jr., Sérgio Francisco Piola, Solon Magalhães Vianna

Revisão do texto em português: Mariana Abreu Oliveira

Editoração: Priscilla Paz

Tradução para o inglês e espanhol: Jean Pierre Barakat

Revisão da tradução para o inglês e espanhol: Mariana Abreu Oliveira

Este material integrou o projeto de cooperação internacional Desenvolvimento, Estado e Capacidades Humanas, do Observatório de Recursos Humanos em Saúde (Nesp/Ceam/UnB), viabilizado pelo Acordo de Cooperação entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde, Opas/Brasil. Carta Acordo celebrada entre a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec/Fiocruz) e a Opas/Brasil. Esta coletânea também pode ser acessada no sítio web <http://www.capacidadeshumanas.org>, nas versões em português, espanhol e inglês. Contribuições e sugestões podem ser enviadas para:

Observatório de Recursos Humanos em Saúde - ObservaRH

Núcleo de Estudos de Saúde Pública - Nesp

SCLN, 406, bloco A, sala 202, Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70847-510

Telefax: (61) 3340 6863/3349 9884

E-mail: observarh.unb@observarh.org.br

Ficha catalográfica elaborada por Diego da Silva Paiva CRB 1/0598

O14 Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas : estudos e análises = Observatorio Internacional de Capacidades Humanas, Desarrollo y Políticas Públicas : estudios y análisis = International Observatory of Human Capabilities, Development and Public Policy : studies and analysis / Valdemar de Almeida Rodrigues, organização, coordenação ; Roberto Passos Nogueira ... [et al.] – Brasília : UnB/ObservaRH/Nesp, 2013.

264 p. – (Série Estudos e Análises ; 1)

ISBN 978-85-7967-084-8

1. Capacidades Humanas. 2. Desenvolvimento Humano. 3. Políticas Públicas. 4. Contexto Econômico e Social. 5. Desigualdade e Pobreza. 6. Trabalho e Previdência. 7. Saúde, Educação e Meio ambiente. I. Campos, André Gambier. II. Rodrigues, Valdemar de Almeida. III. Série.

CDU 614.2=134.3=134.2=111

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 7

CAPACIDADES HUMANAS, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS..... 13
ROBERTO PASSOS NOGUEIRA

CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL

AMÉRICA LATINA NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI:
“EFEITO CHINA” E CRESCIMENTO COM INCLUSÃO 21
EDUARDO COSTA PINTO

DESENVOLVIMENTO HUMANO

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS IDHs GLOBAL E PARCIAIS (SAÚDE, EDUCAÇÃO E RENDA)
DE 2000 A 2011 E DO IDH-DESIGUALDADE EM 2011 PARA A AMÉRICA LATINA
(12 PAÍSES) E O BRIC (BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA) 47
RONALDO HERRLEIN JR.

DESENVOLVIMENTO E CAPACIDADES HUMANAS: DESAFIOS PARA O BRIC..... 69
EDUARDO COSTA PINTO

DESIGUALDADE E POBREZA

BEM-ESTAR, DESIGUALDADE E POBREZA EM 12 PAÍSES DA AMÉRICA LATINA 97
RAFAEL GUERREIRO OSÓRIO

TRABALHO

A SITUAÇÃO LABORAL DA AMÉRICA LATINA NA PRIMEIRA DÉCADA DE 2000.....	113
JOSÉ CELSO CARDOSO JR. E ANDRÉ GAMBIER CAMPOS	

PREVIDÊNCIA SOCIAL

PREVIDÊNCIA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA	139
LEONARDO RANGEL	

SAÚDE

DEMOGRAFIA E SAÚDE EM PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA	157
SOLON MAGALHÃES VIANNA	

FINANCIAMENTO DA SAÚDE EM PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA	191
SÉRGIO FRANCISCO PIOLA	

EDUCAÇÃO

SITUAÇÃO E TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS SELECIONADOS – 2000/2010.....	213
PAULO ROBERTO CORBUCCI	

MEIO AMBIENTE

SITUAÇÃO DE MEIO AMBIENTE E SAÚDE NA AMÉRICA LATINA	229
FERNANDO FERREIRA CARNEIRO	

CONFLITOS AMBIENTAIS, SAÚDE E MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA	247
MARCELO FIRPO PORTO	

APRESENTAÇÃO

O Observatório Internacional de Capacidades Humanas (OICH) surgiu em 2012 como uma extensão das atividades do Observatório de Recursos Humanos em Saúde da Universidade de Brasília. Dado que a observação das capacidades humanas, tal como proposta a partir da interpretação de Amartya Sen, envolve o acompanhamento de inúmeras variáveis econômicas e sociais, convém esclarecer de que modo esta iniciativa se relaciona com os propósitos e a trajetória de um observatório dedicado ao estudo dos recursos humanos em saúde.

O Observatório de Recursos Humanos em Saúde da Universidade de Brasília integra uma rede latino-americana de pesquisa que vem funcionando de forma ininterrupta desde 1999, mediante cooperação técnica e financeira da Organização Pan-Americana da Saúde e do Ministério da Saúde. Apesar de a denominação “recursos humanos” ter uma conotação gerencial, a perspectiva analítica adotada pela rede no Brasil manteve-se sempre voltada para o estudo dos aspectos mais amplos, ou seja, os aspectos econômicos e sociais da força de trabalho ocupada no setor saúde.

Nesse sentido, o estudo dos recursos humanos tem sido dirigido para inúmeras questões relevantes que se colocam na perspectiva dos direitos humanos e de cidadania. Dentre tais questões, devem ser destacadas:

- As diferenças demográficas e regionais na distribuição da força de trabalho, incluindo a migração interna, buscando avaliar o grau de **equidade de acesso a serviços de saúde**;
- Os tipos de vínculo de trabalho, em uma perspectiva de legalidade e justiça das relações de trabalho, tanto no setor privado quanto no público, de modo a identificar e caracterizar os vínculos precários, que se dão na **ausência da garantia de direitos trabalhistas e previdenciários**; e

- A situação e as tendências dos níveis de escolaridade das diversas categorias profissionais de saúde, de modo a identificar o cumprimento da **expectativa de melhoria progressiva da qualificação educacional do pessoal auxiliar**, especialmente dos componentes do grupo de enfermagem.

Essa linha de estudos destaca não somente os aspectos econômicos e sociais da força trabalho em saúde como também os aspectos de justiça do trabalho. Tal recorte temático veio a estimular seus pesquisadores a discutir criticamente as diversas teorias e interpretações acerca da **dimensão humana** do desenvolvimento. Entre elas, cabe citar três vertentes que se fazem presentes no debate internacional sobre o desenvolvimento:

- 1) A teoria do capital humano como origem de vantagens competitivas para as empresas e os países (Schultz);
- 2) A interpretação acerca do papel da inovação tecnológica e da alta qualificação dos recursos humanos requerida para ocupação em empresas de tecnologia de ponta, integrantes da moderna economia do conhecimento (com base em Schumpeter); e
- 3) A interpretação acerca das capacidades humanas, que faz da saúde, da educação e da segurança social condições *sine qua non* para garantir a liberdade das pessoas em escolherem o que querem fazer e ser (sendo este o objetivo último do desenvolvimento, segundo Amartya Sen).

Dessas três teorias, que têm em comum o traço de destaque do “elemento humano” no desenvolvimento, apenas a de Amartya Sen tem origem claramente definida a partir de preocupações em prevenir sérias privações pessoais e promover a justiça social. Sen jamais teorizou sobre a saúde e a educação como se fossem meros instrumentos de sobrevivência e de emprego, já que, na qualidade de filósofo e não apenas de economista, ele não se preocupa somente em como garantir o fornecimento de mão de obra sadia e bem qualificada às empresas capitalistas. Com efeito, Sen tem em mente, sobretudo, a necessidade da promoção das capacidades humanas como fundamentos que viabilizam o alcance de objetivos do desen-

volvimento como liberdade, que precisam se expressar na cotidianidade das pessoas mediante uma pluralidade de estilos de vida.

A perspectiva de Sen sobre a questão das pessoas no desenvolvimento está orientada para a promoção da justiça, em um sentido que tem afinidade com aquele da trajetória da pesquisa em recursos humanos em saúde, visto que os pesquisadores desta área pretendem igualmente ultrapassar a visão utilitarista e gerencialista do conceito de recurso. Portanto, é compreensível que um observatório de recursos humanos em saúde decida caminhar no sentido de estudar as capacidades humanas em âmbito internacional e para além da área de saúde.

A primeira edição de informes do Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas (OICH) ateu-se em grande parte a evidenciar as tendências observáveis em cada área temática (saúde, educação, trabalho, previdência social, etc.) para os países selecionados. Tratando-se de uma primeira aproximação ao estudo sistemático das políticas públicas relacionadas com a promoção das capacidades humanas, a orientação descritiva era inevitável e até desejável. Apenas nos informes sobre meio ambiente puderam ser abordadas certas questões, especialmente contenciosas ou polêmicas, a respeito dos efeitos negativos ou nocivos do desenvolvimento em escala internacional.

Na medida em que o conceito de capacidades humanas se refere à totalidade das pessoas de um país e não apenas aos trabalhadores da economia formal ou das indústrias de tecnologia de ponta, a discussão dos resultados dos estudos não pode estar limitada a mostrar que as condições materiais de vida dos cidadãos melhoraram e que a economia se tornou, por exemplo, mais produtiva, diversificada ou rica. A perspectiva de justiça implicada na teoria das capacidades humanas é atendida devidamente apenas quando se verificam indícios de que o desenvolvimento econômico e social está ocorrendo com a criação de uma pluralidade de estilos de vida livremente escolhidos pelas pessoas.

Nesse contexto, é preciso perguntar, de modo muito pertinente, se o desenvolvimento capitalista tal como vem ocorrendo na América Latina e em outros continentes não impõe inevitavelmente certos estilos padronizados e controlados de viver em sociedade, no âmbito dos quais não se verifica o descortinar do horizonte de liberdade prometido pela teoria

de Sen. Parece que muitas vezes esse horizonte de liberdade é definitivamente inviabilizado pelo estilo de desenvolvimento imposto de forma unilateral pelo Estado, fenômeno que pode ocorrer tanto em contextos de regimes autoritários quanto democráticos.

Talvez esta seja a mais proeminente questão que se apresenta para discussão teórica por parte de um observatório internacional de capacidades humanas. Devemos reconhecer que tal questão ainda não foi devidamente indagada ou respondida na primeira rodada de observações, mas se coloca de modo percuciente como um desafio para futuros desdobramentos da presente iniciativa.

Na produção de seus informes temáticos, o observatório contou com mais de uma dezena de colaboradores externos que atuaram de modo independente entre si. Serviram de base sugestiva para a análise as séries de dados anuais referentes a cada tema, compiladas por organismos internacionais, com foco na década de 2000. Não houve, nesse sentido, uma predefinição de questões ou de tendências consideradas relevantes para a análise. Os colaboradores se sentiram livres para desenvolver seus informes com base nesses dados ou em outros que julgassem mais pertinentes. Tal método de trabalho, em rede de colaboradores, mostrou-se bastante produtiva, vindo a constituir uma inovação em relação ao esquema operacional dos observatórios, baseado em pequenas equipes de pesquisadores, e com caráter mais ou menos permanente. Assim, na primeira rodada de observação e de informes que compõem a presente coletânea, o método de rede permitiu que fossem abordadas as seguintes áreas: 1) contexto econômico e social; 2) desenvolvimento humano; 3) desigualdade e pobreza; 4) trabalho e previdência; e 5) saúde, educação e meio ambiente.

Contudo, mesmo em se mantendo essa conformação de rede, uma ulterior rodada do observatório deveria, preferencialmente, partir de um marco interpretativo acerca do contexto macroeconômico mundial, sem abandonar, no entanto, o exame dos indicadores econômicos e sociais. Portanto, teria por referência inicial uma explícita compreensão crítica da crise global vigente e de suas possíveis consequências para as políticas públicas e a garantia dos direitos sociais.

Diversos estudiosos da economia mundial, entre eles, Immanuel Wallerstein, têm emitido a avaliação de que a crise que se iniciou em 2007 é muito mais grave e profunda do que se pensa. Não se trata de uma mera inflexão cíclica e temporária do capitalismo, mas assume caráter de uma bifurcação em escala planetária, com potencial de dar origem a uma ordem econômica mundial que, para o conjunto dos povos, pode ser bem mais cruel ou mais justa que a atual, a depender de decisões que, neste momento, ainda são imponderáveis.

Para a totalidade das economias latino-americanas, fica claro agora que o processo denominado de desenvolvimento continua a ser uma inserção subalterna e bastante vulnerável dos países latino-americanos na economia mundial, baseada na exportação de *commodities*. Mas até mesmo tal alternativa de inserção subalterna, em relação ao eixo central formado pelos Estados Unidos, pela China e União Europeia, pode não mais funcionar nos moldes favoráveis da década de 2000. O que está ameaçado atualmente não é o crescimento do PIB a taxas elevadas, mas, sim, a perspectiva otimista de desenvolvimento integrado, econômico-social, que animou os analistas dessa década e que se evidencia nos informes aqui reunidos. Em muitos países da América Latina, a despeito da diminuição mais ou menos acentuada do ritmo de crescimento da economia, o mercado interno de trabalho e consumo mantém-se aquecido e em dinamismo, e pode persistir nessa condição por algum tempo, mas não indefinidamente, se não houver uma solução para o impasse do capitalismo mundial.

Impõe-se, assim, a demanda de realizar, no curto prazo, uma avaliação cuidadosa das consequências da crise atual sobre os investimentos públicos em políticas sociais, especialmente em saúde, educação, previdência social e distribuição de renda.

ROBERTO PASSOS NOGUEIRA

